

O sertão no pensamento social brasileiro do século XIX: Dilemas e ambigüidades

René Marc da Costa Silva

Professor Doutor do programa de Mestrado de Direito do Uniceub

Resumo: Este trabalho versa sobre as relações, interpretações e representações construídas pela literatura de viagem e o pensamento social brasileiro sobre a exuberância do ambiente natural brasileiro.

Palavras-chave: Literatura de viagem, pensamento social, sertão, nacionalismo, grupos étnicos.

Introdução

Explorei em outros trabalhos os elementos e a forma particular de constituição do campo simbólico e discursivo do sertão, as estruturas e organização de seus elementos, suas articulações e as possibilidades lingüísticas e cognitivas que resultam na riqueza, capacidade expressiva e de representação virtualmente ilimitadas de uma série de imagens e conjunto de significados relacionados a tal campo. Explorei também as estratégias narrativas (lingüísticas, simbólicas ou conceituais) que permitiram o seu uso específico pelos autores abordados. Porém, uma dimensão outra, igualmente importante a ser explorada é a dimensão histórica e antropológica.

Analisando a literatura norte-americana descritiva da natureza, Simon Schama assinala que “afinal, a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia (...). Tampouco a natureza selvagem venera a si mesma. Foram necessárias visitas santificantes de pregadores da Nova Inglaterra como Thomas Starr King, fotógrafos como Leander Weed, Eadwaerd Muybridge e Carleton Watkins, pintores que usam tintas como Bierstadt e Thomas Moran e pintores que usam palavras como John Muir para representá-la como o parque sagrado do Oeste; o local de um novo nascimento; uma redenção para a agonia nacional; uma recriação americana”¹. De fato, a natureza não venera a si mesma, quem a venera são os homens, nem etéreos nem atemporais. E a veneram por razões e interesses às vezes concretos e definidos para a própria consciência, às vezes nem tanto, pois existem muitas mediações psicológicas, afetivas, ideológicas etc. entre o ser humano e seu olhar, entre o ser humano e suas interpretações. Destacaremos, a partir daqui, alguns destes aspectos que se interpuseram entre os intelectuais e suas idéias sobre o sertão: a natureza “indômita” sertaneja e seus filhos, por um lado, e os projetos de nação que imaginavam, por outro.

No século XIX, um dos grandes “interesses” que este tipo de literatura ---- a literatura de viagem ---- despertava era o do mercado editorial europeu². O relato pormenorizado e objetivo das terras distantes, em tudo diferentes, em tudo estranhas à realidade física e cultural da Europa, despertava uma verdadeira obsessão e atração pelo exotismo dos mundos desconhecidos, incendiava a imaginação do homem médio europeu, além de instruir óbvios interesses políticos³, econômicos⁴ e militares⁵.

Em resumo, esta literatura de viagem tinha significativa importância e respondia a muitos interesses, fora e dentro dos países sobre os quais ela versava. Sobretudo fora. Entretanto,

qual o apelo que ela tinha, por outro lado, dentro do território brasileiro? Por quais estratos sociais estes relatos foram apropriados? Que aspectos no interior destes relatos foram operacionalizados e em função de quais interesses? Qual o papel do sertão descrito nestes relatos em relação a esses interesses? E, sobretudo, qual sertão interessava?

Tal como ocorreu no Brasil, “nos Estados Unidos”, assinala Simon Schama, “(onde a interação entre homens e habitat há muito tem estado no centro da história nacional), as melhores histórias do ambiente caracterizaram com brilhantismo essa ambição. Ao escrever sobre o mundo gelado da Antártica, o escaldante sertão australiano, a transformação ecológica da Nova Inglaterra ou as guerras pela água no Oeste americano, autores como Stephen Pyne, William Cronon e Donald Worster realizaram a proeza de transformar a topografia inanimada em agentes históricos com vida própria. Devolvendo a terra e ao clima o tipo de imprevisibilidade criativa convencionalmente reservada aos atores humanos, esses escritores criaram histórias nas quais o homem não é tudo”⁶.

Também no Brasil, a interação entre homens e habitat esteve no centro das idéias de construção e fundação da nação. Da mesma forma que nos Estados Unidos, também para a intelectualidade brasileira, no momento em que trouxe para si a responsabilidade de pensar um projeto de nação, um tipo de literatura como a de viagem se mostrou importantíssima, posto que ressaltava a originalidade da terra e do clima do país, exaltava a exuberância e as riquezas naturais da jovem nação, em tudo contribuindo para pensar, no campo da identidade coletiva, a inserção singular da novíssima nação no concerto internacional.

O pensamento social brasileiro de meados do século XIX utilizou-se amplamente desses relatos de viagem, da natureza ou da paisagem descrita por eles, especialmente aquelas que descreviam a particularíssima geografia do sertão. O período subsequente à emancipação política nacional foi marcado pelo grande esforço de ruptura em relação à antiga metrópole, não apenas no terreno político, como também, de muitas maneiras, no campo da cultura.

A necessidade de construção e afirmação de uma identidade que singularizasse e apartasse inequivocamente o Brasil de Portugal, que mostrasse a diferença essencial dos destinos e caminhos que cada uma destas unidades políticas escolheram, era, no campo da cultura, semelhante em importância ao que se fazia nos campos da política e da segurança nacional. É evidente que a construção de uma identidade para a recente nação brasileira passava, sobretudo, por uma reavaliação da própria história do país, até então demasiadamente atrelada à história lusa. O Brasil havia ficado por mais de dois séculos à sombra dos ibéricos, o que proporcionava contornos pálidos e um perfil indefinido ao país que lutava para se constituir nos trópicos. Augel lembra que “Portugal procurou, por três séculos, esconder ciumentamente sua principal colônia da cobiça das nações mercantes, punindo duramente as tentativas descobertas de contrabando, dificultando a arribada de navios de outras bandeiras aos portos brasileiros. As medidas tomadas pela Coroa eram as mais severas possíveis”⁷.

Para os intelectuais brasileiros de então, era imprescindível o rompimento com uma história do Brasil que retratava o país como muito pouco além do que um apêndice colonial do império português. O afã intelectual romântico de fundar uma nação brasileira atacava, portanto, principalmente, essa indiferenciação e subordinação cultural do país em relação a Portugal⁸.

Para tal tarefa, escritores, críticos, historiadores e literatos de toda espécie apropriaram-se, nas extensas fontes que constituíam os relatos dos viajantes, daqueles elementos considerados os mais adequados, as imagens mais representativas da individualidade nacional e infundiram-lhes ou exageraram uma mítica particular, que, de resto, de certa forma já estava presente neles.

Na mítica nacional que puseram em andamento a partir daí, o elemento humano, ao lado da natureza ou da paisagem, era, pois, central, na medida em que constituía o *anima*, sopro vital da identidade nacional a ser inserido no corpo físico da nação. Tais elementos, fundidos na paisagem natural, comporiam com ela, desmembrar-se-iam dela e estabeleceriam com ela uma luta civilizacional, ora de domínio e de sucesso, ora de irremediável fracasso.

É exatamente neste sentido que, segundo Candice Vidal e Souza, “o sertão aparece na ficção brasileira durante o período romântico, diante da urgência de marcar as características singularizantes da ex-colônia que se pretendia nação. A autenticidade de um modo de ser foi logo associada à sociedade e à paisagem do interior, simbolizando o distanciamento geográfico em relação ao litoral a progressiva conquista da independência da nacionalidade. Em suas expedições reais e literárias, os escritores tentavam responder à incômoda pergunta ‘o que é o povo brasileiro?’”⁹.

Neste sentido, os intelectuais de meados do século XIX, procurando então pelos tipos sociais simbolizadores da nacionalidade, fizeram dos homens dos interiores do país, por seu modo de vida admirável, pela sua destreza, simplicidade e autenticidade, o tipo humano capaz de distinguir e dignificar o Brasil. Neste momento, porém, “o sertão é objeto de uma apreciação distanciada e estetizante que (con)funde natureza e organização social”¹⁰.

De qualquer maneira, desde então, percebe-se com nitidez os primeiros esforços da intelectualidade brasileira para pensar um processo de *nation-building* que, por sua vez, despertava as primeiras preocupações com a diversidade física do país. Entretanto, a perspectiva sobre “o que” e “quem” constituía o “povo” da nação, isto é, os estratos sociais identificados com uma particular identidade da nação a ser construída, era em tudo, por volta de meados do XIX, ainda bastante idealizada e ambígua.

De maneira idealizada ou ambígua, o fato é que, como destaca Vidal e Souza, a procura dos intelectuais românticos pela singularidade nacional, a exaltação de sua individualidade histórica, da exuberância física de seu território e da essência de seu povo se transformou na principal via para a construção da identidade da nação. Neste sentido, os relatos de viagem constituíram-se no material mais importante para, a partir do sertão, produzirem um discurso fundador da nação.

Sem dúvida, o aproveitamento do material informativo e descritivo produzido com abundância pelos viajantes, desde as primeiras décadas do século, ajudou a produzir um conjunto rico de imagens e dísticos singularizantes do país, mais precisamente de suas regiões interiores, os sertões. Foram estes trabalhos, por outro lado, veículos também de idéias naturalizantes do processo de formação e constituição do homem brasileiro e, por conseguinte, de uma história nacional essencializada. Nesta, os elementos humanos apareciam atuando marginalmente num cenário natural de esmagadora exuberância. Compunham e interagiam com a paisagem natural, estabelecendo com ela uma harmonia, que em tudo sugeria uma civilização perfeitamente integrada na paisagem ou na natureza, ou seja, uma civilização naturalizada. Isto fica bem claro, diz Fernando Cristóvão, “no longo poema ‘A Roça’”, em que Fagundes Varela assinalava “o bulício da convivência onde não

faltavam as violas, as modinhas, os lundus, o cigarro, o café, naquele paraíso de largos horizontes onde saltam os novilhos e relinham os ferosos corcéis. E lamentava que essa paz, harmonia e virtude estivessem a acabar”¹¹:

“O balanço da rêde, o bom fogo
Sob um teto de humilde sapé;
A palestra, os lundus, a viola,
O cigarro, a modinha, o café;

Um robusto alazão, mais ligeiro
Do que o vento que vem do sertão,
Negras crinas, olhar de tormenta,
Pés que apenas rastejam no chão;

Eis a vida nas vastas planícies
Ou nos montes da terra da Cruz,
Sobre um solo só flores e glórias,
Sob um céu só magia e só luz.

Belos ermos, risonhos desertos,
Livres serras, extensos marnéis,
Onde muge o novilho anafado,
Onde nitrem ferosos corcéis;”

Logo adiante também, Varela reproduziria a tradicional oposição entre a vida já corrompida nas cidades (cidade, civilização e litoral têm, dentro da relação estabelecida pela dicotomia sertão/litoral significados equivalentes) e a vida simples, natural, inocente, pacífica e harmoniosa no sertão...

“Onde a infância passei descuidoso,
Onde tantos idílios sonhei,
Onde ao som dos pandeiros ruidosos
Tantas danças da roça dancei!

Onde a viva e gentil mocidade
Num continuo folgar consumi,
Como longe avultais no passado!
Como longe vos vejo daqui!

Se eu tivesse por livro as florestas,
Se eu tivesse por mestre a amplidão,
Por amigo as plantas e as aves,
Uma flecha e cocar por brasão;

Não manchara minh’alma inspirada,
Não gastara meu próprio vigor,
Não cobrira de lama e escárnios
Meus lauréis de poeta e cantor!
Voto horror às grandezas do mundo,
Mar coberto de horríveis parcéis,
Vejo as pompas e galas da vida
De um cendal de poeira através.

Ah! Nem creio na humana ciência,

Triste acervo de enganos fatais,
O clarão do saber verdadeiro
Não fulgura aos olhares mortais!

Mas um gênio impiedoso me arrasta,
Me arremessa do vulgo ao vivém,
E eu soluço nas sombras olhando
Minhas serras queridas além!”¹²

Neste sentido, a história da nação, no que concerne a relação entre os homens e a natureza, se transformava então numa epopéia em que os não-brancos (neste momento especificamente os índios), entendidos como originalmente ligados à natureza, eram percebidos, por um lado, como elementos humanos resistentes às experiências civilizadoras, incapazes de perpetuar, no momento fundador da nação, verdadeiros monumentos¹³. Por outro lado, a eles eram atribuídos valores positivos (geralmente conferidos, da mesma forma, por sua estreita ligação à natureza, ao sertão, é claro) como autenticidade, inocência ainda não corrompida, pureza, espontaneidade¹⁴, etc. A expressão desse aspecto é irretocável em Junqueira Freire, por exemplo:

“Sou índia, --- sou virgem, --- sou linda, - -- sou
débil,--- É quanto vós outros, ó tapes, dizeis!
Sabei, bravos tapes! --- que eu sei com destreza
Cravar minha seta no peito dos reis!”¹⁵

As necessidades de construir uma nação mais integrada social e territorialmente esbarravam, portanto, nas ambigüidades geradas pelo referencial adotado. Neste (a literatura de viagens), como vimos, índios, negros e sertão significavam barbárie e atraso. Não é de se espantar, portanto, que figurassem também no interior da ideologia nacional romântica de maneira deslocada e idealizada, e a partir daí padecessem também dos problemas trazidos por essa mesma ambigüidade.

Ali, apareciam contribuindo sim, porém marginalmente, para a composição da identidade nacional. Concorriam para isso sempre como coadjuvantes, com atributos naturais e valores essencializados pela identificação particular com a natureza. Essa característica é patente, por exemplo, no “indigenismo romântico”. Neste conjunto ideológico, os valores fundamentais afirmados eram a inocência, a autenticidade e a pureza, representativas de uma virgindade própria ou presente naqueles que jamais haviam sido tocados pela mão impura e contaminadora da civilização e que, por esse mesmo motivo, eram vistos como estando na infância da civilização, como crianças agindo em tudo e para tudo irresponsável e inconscientemente.

No caso do negro, a porta de entrada para a civilização ---- porta dos fundos, é bem verdade ---- seria a capacidade infatigável de trabalho, com a qual havia, literalmente, construído materialmente o país. Entretanto, se na cultura burguesa européia em franca industrialização o trabalho era um valor de civilização, em uma cultura arcaizante e escravista como a brasileira, em que qualquer trabalho manual degradava socialmente, este era, portanto, dístico de barbárie e inferioridade¹⁶. A síntese histórica de fundação da nação pensada por estes intelectuais românticos se assentava, pois, claramente sobre bases de hierarquia, desigualdade e subordinação. Brookshaw enfatiza este ponto, ao

afirmar que “na medida em que o negro apareceu afinal na literatura indianista, foi para contrastar com o índio. Dessa forma o negro, representando a realidade da raça colonizada, labutando nas plantações do colonizador, não era páreo para o mítico índio em termos de atração literária. Se o índio por natureza era corajoso e profundamente orgulhoso de sua independência, o negro era de índole escrava, humilde resignada”¹⁷. Isso se ajusta perfeitamente à concepção de um dos romances de costumes rurais de José de Alencar, “*Til*” (1872). Neste, a submissão natural dos escravos negros fazia ressaltar, por oposição, o espírito de independência e a altivez caracterizada pelo personagem do índio João Fera¹⁸. Fera, em determinado momento, diz:

“Não me torno escravo de um homem, que nasceu rico, por causa das sobras que me atirava, como atiraria a qualquer outro, ou a seu negro”.¹⁹

Postura semelhante encontra-se presente no poema *Timbira*, de Gonçalves Dias:

“Vivem homens de pel’cor da noite
Neste solo, que a vida embeleza;
Podem servos debaixo do açoite
Nénias tristes da pátria cantar.
Mas o índio que a vida só preza
Por amor dos combates e festas
Dos triunfos sangrentos e sestas
Resguardadas do sol no palmar.
.....
Quer e pode e bem sabe morrer”.²⁰

Enfim, numa palavra, estes intelectuais, em meados do XIX, não só fundaram simbolicamente a nação como também estabeleceram e solidificaram as bases sobre as quais se erigiu uma identidade nacional possível. Neste processo, escreveram e reescreveram a história do Brasil.

Schama lembra com muita propriedade a importância da tradição paisagística, dos viajantes e seus relatos e dos mitos a partir deles ou por eles construídos para a fundação ou solidificação de uma cultura nacional.

“É claro que os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos. A identidade nacional, só para mencionar o exemplo mais óbvio, perderia muito de seu fascínio feroz sem a mística de uma tradição paisagística particular: sua topografia mapeada, elaborada e enriquecida como terra natal. A tradição poética de *La douce France* ---- doce França ---- retrata tanto uma geografia quanto uma história, a doçura de um lugar classicamente bem ordenado, onde rios, campos cultivados, pomares, vinhedos e florestas convivem em harmonioso equilíbrio. O famoso panegírico da ‘Ilha com o cetro’, que Shakespeare coloca na boca do moribundo John de Gaunt, invoca a insularidade encerrada entre penhascos como identidade patriótica, enquanto o destino heróico do Novo Mundo se identifica

como a extensão continental presente na letra de 'América the beautiful'. E as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social. (...) Muitas de nossas preocupações modernas -- --- império, nação, liberdade, empresa e ditadura ---- têm invocado a topografia para conferir uma forma natural a suas idéias."²¹

A partir, portanto, de uma literatura de relatos descritivos e construções míticas das singularidades físicas do país ----- falamos aqui evidentemente da literatura de viagem, especificamente produzida sobre o sertão por Saint-Hilaire e Spix e Martius ----, da escolha desse sertão pelos intelectuais românticos brasileiros como um conjunto representativo das imagens verdadeiras e autenticamente nacionais, o pensamento social pode construir, no século XIX, toda uma epopéia nacional retirada e manipulada desse conjunto simbólico²². A história dessa fundação foi também a fundação de uma história. Era a história se construindo enquanto mito²³.

Como não poderia deixar de ser, o fulcro central dessa fundação mitologizante ressalta simultaneamente o problema da origem. O pensamento social brasileiro de meados do século XIX "escolhe" a literatura de viagens para, sobre ela principalmente, construir e promover a fundação intelectual da nação. E não por acaso. O fundo mítico ou a mitologização da natureza, característica própria dessa literatura, foi fundamental para um pensamento ou produção histórica interessada em apresentar as origens, os pilares ancestrais da nacionalidade, posto que, para representá-la, para representar a origem, a história tinha necessariamente que se fazer mito.

Foucault, comentando Nietzsche, pergunta: "por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem (*ursprung*)? Porque, primeiramente, a pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma tal origem é tentar reencontrar 'o que era imediatamente', o 'aquilo mesmo' de uma imagem exatamente adequada a si, é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira"²⁴.

É essa a tarefa a que se impôs, obstinadamente, o pensamento social romântico brasileiro na segunda metade do século XIX. Desvelar uma identidade nacional era ressaltar uma identidade primeira, inscrita nas origens, origens e autenticidade que se supunham representadas em todos os seus principais elementos constitutivos nos vastos desertos do interior do país, na têmpera do seu povo, forjadas incansavelmente na luta constante do homem com o seu meio. Dessa guerra secular, a constituição de uma nação civilizada, sob o influxo enérgico dos valores nacionais mais autênticos presentes no sertão e no seu povo (diferentemente do exemplo dissolvente e dissoluto do litoral), era o principal botim. Estes sacerdotes, guardiães das verdades sagradas dos começos, da origem, ao inventarem os mistérios, constituíram também uma Igreja²⁵.

Neste sentido, o problema da origem e da fundação da nação colocava a seguinte questão: a busca da origem é também a invenção da origem e, como diz Foucault, é, em última análise, "tentar reencontrar (...) o 'aquilo mesmo' de uma imagem exatamente adequada de si". Qual então a imagem mais adequada ao país recém fundado? Pois não basta se

distinguir, é preciso também se afirmar, definir um perfil e estabelecer valores. Quais os heróis a venerar? Quais foram seus grandes feitos? Enfim, qual história justificaria suas dignidades e legitimariam sua genealogia?

O Brasil da segunda metade do século XIX passava por profundas e aceleradas transformações. Há menos de 30 anos havia deixado formalmente de ser colônia, abriu-se para o comércio e relações econômicas plenas com o resto do mundo e se emancipou politicamente. As novas exigências internacionais dentro das quais o país se inseria demandavam respostas internas tanto no âmbito econômico, quanto no político, social, ou mesmo na esfera cultural²⁶. Sobretudo neste campo, pelas necessidades mesmas que impunham um período de transição e afirmação nacional, a ênfase deveria recair sempre na unidade, na positividade de uma herança do passado, de um presente marcado pela ação e na construção de um futuro de progresso, um futuro promissor²⁷. Jamais apontar rachaduras, sombras, descontinuidades, sobretudo no passado²⁸. Jamais permitir algo que maculasse a teogonia irretocável da origem e que pudesse, dessa forma, perturbar o presente ou inviabilizar o futuro²⁹.

Para contar ou recontar a história sem sombras nem lacunas, os românticos brasileiros, a partir de Gonçalves de Magalhães³⁰, instituíram e alargaram ----- ultrapassando os limites do campo literário -----, para todo o pensamento social brasileiro e ação prática concreta³¹, “as sínteses de nossa história cultural realizadas por estudiosos estrangeiros: Ferdinand Denis e Garret, na escrita de Mme. De Stael (De Allemagne, 1813), que fizera correr pelo primeiro Romantismo o binômio poesia-pátria”³².

Gonçalves de Magalhães foi, aliás, o elo de ligação que argamassou os diversos setores da “cultura brasileira”. Ele próprio foi um misto de político, historiador, poeta, homem de Estado, cientista e professor de Filosofia. Era então o grande nome e influência predominante nos diversos setores do pensamento social brasileiro. Passou, em determinado momento, a ditar as idéias românticas que orientaram a produção do conjunto mais significativo da intelectualidade brasileira de meados dos oitocentos³³.

A ligação estreita com o campo da história e com os mais destacados historiadores do período chama a atenção. O núcleo intelectual conduzido por Magalhães, conta Bosi, “afirmou-se graças ao interesse de Pedro II de consolidar a cultura nacional de que ele se desejava o mecenas. Dando todo o apoio ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado nos fins da Regência (1838), o jovem monarca ajudou quanto pôde as pesquisas sobre o nosso passado, que se coloriram de um nacionalismo oratório, não sem ranços conservadores, como era de esperar de um grêmio nascido sob tal patronato. Pertenceram-lhe alguns estudiosos razoáveis: (...) Francisco Adolfo de Varnhagen (Sorocaba, Sp, 1816 - Viena, 1878), erudito de Estado germânico e educação portuguesa, deu o mais cabal exemplo de quanto era possível fundir um pensamento retrógrado com o indianismo sentimental”³⁴.

O indianismo de Varnhagen foi, talvez, a mais completa e importante matriz para que um segmento hegemônico do pensamento social do século XIX tratasse as populações subordinadas não-brancas num contexto de formação nacional. Exaltava

emblematicamente o indígena ou o não-branco, ao mesmo tempo em que o subordinava intelectual, social, e politicamente na sociedade escravista da época³⁵. Sua aversão às camadas sociais mais baixas do país³⁶ permitia erigi-las, no máximo, enquanto um símbolo idealizado para a jovem nação (caso particular do índio) em tudo distante de efetividade social. Varnhagen, no fundo, não via neles ----- índios, negros, brancos pobres e mestiços - ---- nada mais do que uma horda de desqualificados e incapazes³⁷. Repudiava, por conta disso, o nacionalismo caboclo³⁸, que começava a ensaiar as primeiras críticas ao indigenismo, mas que de fato, só encontraria espaço e hegemonia no meio intelectual brasileiro nos finais do século XIX e inícios do século XX, com a ascensão do realismo.

O índio assumiu, no discurso e no pensamento social romântico, o *topos* privilegiado em relação ao qual pôde-se articular a “identidade nacional” nativista e americanista. Todavia, o imaginário social do índio, a partir do qual esta identidade foi construída, continuou tão ambíguo quanto o era na literatura de viagens. Por sua vez, a história ou a historiografia do período ----- que bebia na literatura de viagem elementos tão importantes como fonte de informação para a reconstituição “objetiva” da história da sociedade brasileira³⁹, quanto como fonte de exemplos de heróis ou de atos de heroísmo ----- não deixou de maneira nenhuma de absorver, por um lado, e de representar fortemente, por outro, o ideal romântico indianista⁴⁰.

Assim, não somente o sertão dos viajantes, mas o índio ou o não-branco dentro dele foram apropriados pelo pensamento social romântico brasileiro. A partir de sua posição marginal neste discurso, construíram-se e articularam-se as bases de uma identidade nacional excludente ou marginalizante dos não-brancos. A ambigüidade era, como continua sendo até hoje, a principal característica deste discurso. O índio aparecia como fonte de nobreza, inocência e incorruptibilidade, ao mesmo tempo em que a ele eram associados signos de selvageria e barbarismo. Neste discurso, na verdade, o que conferia ao índio atributos de cultura ou civilização ----- inocência, nobreza, dignidade etc. ----- eram precisamente os signos que o aproximavam da natureza. Era inocente, digno e altivo, posto que não conhecia ou não dominava os elementos da civilização. Assim, tinha de se manter selvagem e bárbaro para continuar inocente e incorruptível, ao passo que, assim sendo, jamais alcançaria os progressos e os postos avançados na escala evolutiva da civilização⁴¹.

A construção do discurso nestas bases abriu possibilidades para se desenvolver um mecanismo de exclusão racial que até hoje opera com muita eficiência no meio social e na cultura brasileira. Possibilita estimular o índio a assumir valores, comportamentos e modelos sócio-culturais e econômicos das sociedades ocidentais e a “evoluir” na escala civilizacional, ao passo que, assim que ele o faz, é acusado de ter-se corrompido e perdido seus únicos (paradoxalmente, posto que são atributos naturais) atributos culturais. Isto se dá porque os atributos culturais próprios do índio, definidos pelo discurso mítico do indianismo romântico, tinham e têm, na verdade, forte conteúdo natural. Podia-se constituir a partir do índio, dessa forma, um símbolo de pureza, inocência, juventude, jovialidade e energia primitiva para a novíssima nação, mas nunca fazer dele um elemento ou agente civilizador.

Podia ser, como na literatura mítica de Chateaubriand e Scott, uma pálida lembrança do “bom” começo ou da “boa origem”, mas jamais um motor de evolução civilizacional. Este

papel, ao contrário, não poderia ser retirado do branco, o agente propriamente “dinâmico” do processo civilizador brasileiro, ou dos mestiços de branco, no caso do nacionalismo caboclo, desde que se evoluísse sempre em direção ao branco ou ao branqueamento. Todavia, todas estas ambigüidades não se tornariam um problema real para o pensamento social brasileiro (não se mostrariam claramente enquanto contradição) até a eclosão, nos finais do século, de processos históricos e transformações importantes na sociedade brasileira como a abolição da escravatura e a proclamação da república. A circulação, a partir daí, de valores universalistas como igualdade e liberdade promoveriam um significativo repensar do conteúdo destas idéias e da síntese histórica romântica de fundação nacional⁴².

Abstract: This work addresses the conceptual relations, interpretations and representations forged by the travelers' literature and the Brazilian social thinking about the exuberance of the Brazilian natural environment.

Keywords: Travelers' literature, social thinking, sertão, nationalism, ethnic groups.

Notas explicativas

¹ Schama, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo : Companhia das Letras, 1996. p.17.

² “Os escritores estrangeiros, redigindo seus relatos de viagem e descrições de terras distantes, visam o leitor de seu próprio país, do outro lado do oceano, intencionando, com sua documentação e testemunho, instruir e deleitar o europeu (ou o norte-americano)”. Augel, Moema Parente. Visitantes Estrangeiros na Bahia.. São Paulo: Cultrix , MEC.1980. p.17/18.

³ Gárrard Leclerc mostra, talvez de forma um tanto esquemática, as relações entre o expansionismo europeu da segunda metade do século XIX, o interesse pela África e o papel estratégico desempenhado pelos viajantes, antropólogos e historiadores e seus relatos e estudos daqueles povos, instrumentalizadores da ação imperialista européia. E diz: Nos meados do século XIX, o expansionismo europeu chegado à sua fase última, começa a pressentir os últimos ‘territórios desconhecidos’ como ‘territórios a conquistar’. O *Far West*, o Oriente, são locais misteriosos que os néscios encaram com receio, e que os audaciosos olham com uma avidez capaz de todos os heroísmos. Numerosas são as riquezas a explorar, a utilizar e a fazer frutificar pelo ocidente. Quanto às populações que os habitam, ou melhor que apenas os ocupam de modo mais ou menos legítimo, mas em todo o caso sem eficácia, não preocupam a ‘civilização’. As novas ciências do homem saberão pelo menos estudá-las e catalogá-las antes que alguém as civilize. (...) Em todo caso não há dúvida que existem nessa época um certo acordo entre a ideologia colonialista e a ideologia implícita na nova antropologia”. Leclerc, Gerard. Crítica da Antropologia. São Paulo: Martins Fontes, 1973. p. 13 e 22. Sobre isso ainda, ver Boaventura Leite, Ilka. Antropologia da Viagem. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 38 a 75

⁴ Flora Sússekind destaca a importância econômica dessa literatura de viagens como propaganda para atrair, do outro lado do Atlântico, migrantes de todo tipo: “porque houve, realmente, durante as primeiras décadas do século passado um grande interesse em atrair mercenários, para reforçar as forças militares imperiais, e camponeses alemães, pressionados por más colheitas, impostos pesados e pelo alto grau de divisão da propriedade no seu país, para trabalhar como colonos no Brasil. E foram utilizados para esse fim desde agentes especializados, como Georg Anton Aloys Von Schaffer ---- que publicaria em 1824 o livro *O Brasil como Império Independente* , até canções de incentivo às viagens, que transformavam a terra brasileira em verdadeira terra de promessa”. Sússekind, Flora. O

Brasil não é Longe Daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 22.

⁵ Apesar de se referir especificamente ao Oriente ----- ao interesse europeu pelo Oriente -----, Edward Said assinala (o que para nós aqui é o mais importante) o papel da cultura na criação desse interesse e na ação efetiva para viabilizá-lo. “A minha idéia é que o interesse europeu, e depois americano, pelo oriente era político de acordo com alguns de seus aspectos históricos óbvios que descrevi aqui, mas que foi a cultura que criou esse interesse, que agiu dinamicamente em conjunto com as indisfarçadas fundamentações políticas, econômicas e militares para fazer do Oriente o lugar variado e complicado que ele obviamente era no campo que eu chamo de orientalismo”. Said, Edward. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 23.

⁶ Simon Schama. Op. Cit., p. 23.

⁷ Moema Parente Augel. Op. Cit., p. 06.

⁸ Nesta nova história a ser produzida, o sertão estava, como bem coloca Candice Vidal e Souza, “na posição de eixo organizador da cultura brasileira. A variedade semântica que se extrai das modalidades de discurso social em que se emprega o termo sertão instiga a pensá-lo como um dos fios que amarram a unidade mínima de sentidos da comunidade imaginada Brasil”. Candice Vidal e Souza. *Crescer para Dentro: o imaginário da fronteira no pensamento social brasileiro*. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1994. Mimeo, p. 01.

⁹ Vidal e Souza, Candice. Op.Cit. P. 01.

¹⁰ Ibidem, Ibidem. P. 10.

¹¹ O momento em que Fagundes Varela escreveu este poema (*A Roça*, 1869) foi também o momento, a segunda metade do século XIX, em que Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire, Castro Alves, em especial, segundo Cristóvão, “celebram a natureza florida e os amores que eram seu prolongamento natural. Mas vão ser, sobretudo, os romancistas quem mais se ocuparão do sertão. Nesta primeira fase da sua revelação, duas datas - 1869 e 1875 - avultam como fundamentais. (...) Em 1875 publicou Alencar *O Sertanejo*, a obra-prima e de síntese do sertão romântico e tranqüilo, onde a paz e a felicidade se dão as mãos para que tanto o senhor como o servo se sintam felizes”. Cristóvão, Fernando. “A Transfiguração da Realidade Sertaneja e a sua Passagem a Mito - A Divina Comédia do Sertão” In: *Revista da USP - Dossiê Canudos*, São Paulo: USP, Dezembro/Janeiro/Fevereiro 93-94, p. 44 e 46.

¹² Fagundes Varela. *A Roça*. 1869. Também comentando o poema, Silva Ramos assinala que “o poeta, aqui, exprime seu desajustamento à vida das cidades. Sua boêmia, como frisa Carlos Penteado de Resende, derivou desse desajustamento”. Eugênio da Silva Ramos, Péricles. *Poesia Romântica - Antologia*, São Paulo: Melhoramentos, 1965. p. 297/298.

¹³ “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. (...) O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”. Le Goff, Jacques. “Documento/Monumento”, In: *Enciclopédia Einaudi - Memória-História*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 95.

¹⁴ Este paradoxo foi muito bem compreendido por Monteiro. Para este autor, o pensamento social brasileiro separava o índio genérico em dois tipos específicos: o Tapuia e o Tupi. Ao Tapuia, inimigo recalcitrante do branco português, era destinado um conjunto de valores negativos. Aos Tupis, co-partícipes no processo de construção da nação através da mestiçagem, os valores positivos. Neste sentido, diz Monteiro: “Para os pensadores do Império, os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua. Já os Tapuias, a despeito de enormes evidências históricas em contrário, situavam-se num pólo oposto. Frequentemente caracterizados como inimigos ao invés de aliados, representavam, em síntese, o traíçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador. Se esta última opção custou aos Tupis a sua sobrevivência enquanto povo, a recusa dos outros garantiu-lhes a sobrevivência até o século XIX. Foi, a princípio, neste volátil contexto que marcou o processo de construção de uma identidade nacional, onde se contrapunha índios históricos aos atuais, índios assimiláveis aos recalcitrantes, que as teorias raciais dialogavam com o pensamento brasileiro”. Manuel Monteiro, John. “As ‘Raças’ Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império”, In: Chor Maio, Marcos e Ventura Santos, Ricardo. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 16.

¹⁵ Junqueira Freire. O hino da cabocla: canção nacional. Segundo Silva Ramos, “tomou-se o poema como demonstração do ‘indianismo’ de Junqueira Freire, também por ele cultivado no incompleto e mais extenso ‘Dertinca’”. Eugênio da Silva Ramos, Péricles. Op. Cit., p. 209.

¹⁶ Não bastasse isso, as idéias de inferioridade do negro se ampliavam, quando a comparação era feita entre este e o índio. Boxer diz, a propósito, que: “apesar de mulatos e mulatas claras passando por brancos alcançarem algumas vezes proeminência social, o preconceito contra o sangue negro era muito forte, e tanto que, em 1771, o vice-rei ordenou a degradação de um chefe índio que ‘desconsiderando as honrarias recebidas da Coroa, caía tão baixo casando-se com uma negra, manchando seu sangue com esta aliança’”. Boxer, Charles R. *Relações Raciais no Império Colonial Português - 1415/1825*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.

¹⁷ Brookshaw, David. *Raça e Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p.27.

¹⁸ Brookshaw assinala que “não se pode esquecer ainda que no Brasil romântico o espírito de independência e liberdade estava inextrincavelmente ligado ao espírito de nacionalismo e à procura por uma autêntica identidade brasileira. Liberdade individual e nacionalismo foram simbolizados pela figura do índio. (...) Na medida em que o negro apareceu afinal na literatura indianista, foi para contrastar com o índio”. David Brookshaw. Op. Cit., p. 27.

¹⁹ Alencar, José de. *Til*. Ramos, Péricles Eugênio da Silva. Op. Cit. P. 79.

²⁰ Gonçalves Dias. “Tabira”. In: Haberly, David T. “Abolitionism in Brazil: Anti-slavery and Anti-slave” In: *Luso- Brazilian Review*, Madison, Vol. IX, No. 2, 1972, pág. 30/46.

²¹ Schama, Simon. Op. Cit., p. 26 e 28.

²² A epopéia, como estilo narrativo principal da historiografia romântica, acabou construindo como parâmetro para a formulação da identidade nacional brasileira e de sua história a figura central do herói. José Honório Rodrigues assinala que “os efeitos depressivos dessa historiografia conservadora estão bem claros na grande maioria das histórias gerais do Brasil, com o desfilar dos feriados nacionais e a exaltação dos estadistas, com as biografias apologéticas”. Honório Rodrigues, José. *História da História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1988. Pág. 05.

²³ Comentando as críticas que Lévi-Strauss faz ao pensamento histórico ocidental e a “coerência” que este sempre afirma para si, White pondera que, no entender do importante antropólogo, este seria um aspecto de contato e aproximação da história com o mito. “Ora, por coerência do mito Lévi-Strauss parece entender o resultado da aplicação de estratégias narrativas mediante as quais unidades básicas de estórias (ou aglomerado de eventos) são arranjados de molde a conferir a alguma estrutura ou processo puramente humano o aspecto de necessidade, adequação ou inevitabilidade cósmica (ou natural). As histórias da fundação das cidades ou Estados, da origem das diferenças e privilégios de classe, das transformações sociais básicas causadas por revolução e reforma, das reações sociais específicas a catástrofes naturais, e assim por diante ----- todas estas histórias, segundo ele, apresentadas quer sob o aspecto de ciência social, quer de história, participam do mítico na medida em que ‘cosmologizam’ ou ‘naturalizam’ o que, na realidade, **nada mais é que** construções humanas que poderiam muito bem ser diferentes do que por acaso são”. White, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo, Edusp, 1994.,p. 120.

²⁴ Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p 17.

²⁵ “ (...) mais precisamente ao Brasil do século XIX e às primeiras tentativas de fundar aí uma historiografia literária nacional. E fundar a disciplina mesclava-se, nesse caso, à idéia de descoberta da origem da própria literatura nacional em sua diferença, enquanto dotada de singularidade e de marcas inconfundíveis de brasilidade. ‘Qual a origem da literatura brasileira?’ (...) A pesquisa da origem, no caso desses primeiros românticos brasileiros, significa, então, a busca de um *referendum* para o próprio ideário artístico. E a possibilidade, em meio a gêneses lineares ----- em que cor local e nacionalidade são linhas mestras -----, de erigir a própria produção em exemplo de realização, ponto de chegada neste traçado de progressivo abasileiramento. E se os traços distintivos de tal singularidade literária são a descrição da natureza tropical, a seleção de heróis particularmente marcados por sinais de honradez e brasilidade, a reafirmação de uma unidade nacional, qualquer obra passada ou contemporânea que escapasse, em maior ou menor medida, a tal delimitação teleológica, seria excluída, sem maiores pesares, da cadeia quase familiar de filiações a uma ‘origem solene’ recém fabricada. (...) É, em especial, com dois gêneros diversos e às vezes associados, a literatura não-ficcional de viagens ----- sobretudo a que se refere ao Brasil ----- e o paisagismo ----- sobretudo o que tematiza vistas e exuberâncias tropicais ou cenas pitorescas do cotidiano ou da ‘história’ local -----, que se constrói essa figuração inicial do narrador de ficção na produção literária da primeira metade do século XIX. É sobretudo num jogo de contrastes e imitações entre prosa e ficção e literatura de viagens, descritivismos e paisagismo, que ele parece se destacar com maior nitidez nesse quadro”. Sússekind, Flora. Op. Cit., p.16 e 17.

²⁶ Eric Hobsbawn diz que “provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a ‘invenção’ de tradições neste sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais freqüência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta”. Eric Hobsbawn. “Introdução: A invenção das Tradições”, In: Hobsbawn, Eric e Ranger, Terence (Orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 12.

²⁷ “Em parte porque, em absoluta sintonia com o próprio tempo, com o desejo de afirmação da unidade nacional e da paisagem americana, com a ‘fundação’ de uma novelística local, e pertencentes ou desejosos de pertencer em geral às classes dirigentes, não parece

interessar a esses primeiros prosadores de ficção brasileiros acentuar qualquer negatividade no relacionamento entre o seu narrador e as tramas e paisagens romanescas que desfilam aos seus olhos, ou entre ele e o nexo social graças ao qual se lhe atribui essa função de observador ameno de costumes, quadros históricos e vistas que se deseja bem pouco problemáticos. (...) Imaginando-a, por exemplo, expressa por um brasileiro qualquer diante da imagem coesa, original, paradisíaca, de nação que se procura construir nas décadas seguintes à independência sob a tutela da classe dirigente do Império. Com a decisiva colaboração de uma prosa de ficção que, no momento mesmo em que começa a se definir com maior precisão no panorama cultural brasileiro, passa a se oferecer não propriamente como literatura, mas como um mapa unificador, tratado descritivo, paisagem útil". Sússekind, Flora. Op. Cit., p. 20 e 22.

²⁸ "A alta origem é o exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial: gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombras da primeira manhã. A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia. (...) Enfim, o último postulado da origem, ligado aos dois primeiros: ela seria o lugar da verdade". Foucault, Michel. Op. Cit., p. 18.

²⁹ "(...) e de seus escritos espera-se ---- ao contrário de tal 'sensação' e parecendo desse modo acentuá-la ---- que sirvam como guias seguros, museus de tudo, mapas imaginários --- mas construídos segundo o modelo dos 'itinerários' e das 'notícias descritas' dos viajantes ----- por meio dos quais se fixem marcos e fundações para uma literatura, uma história e uma história literária que funcionam como verdadeiras expedições de caça à própria origem e a uma sonhada 'essência da nacionalidade' ". Sússekind, Flora. Op. Cit., P. 33/34.

³⁰ "Domingos José Gonçalves de Magalhães (Rio, 1811 - Roma 1882). Começou um curso de belas-artes na academia do rio, então sob influência de Debret, pintor de costumes brasileiros (...). Viajando para a Europa, conhece a Itália, a Suíça e a França e assimila os traços do romantismo patriótico e medievalista de Chateaubriand, Lamartine e Manzoni. (...) Lança com Porto Alegre, Torres Homem e Pereira da Silva a revista 'Niterói', onde teoriza sobre uma reforma nacionalista e espiritualista da literatura brasileira. (...) Ascende rapidamente a postos-chave da nossa cultura: membro do Instituto Histórico e Geográfico, recém-criado, professor de Filosofia no Colégio Pedro II, e da política onde foi conservador: secretário de Caxias no Maranhão após a repressão da Balaiada; governador e deputado do Rio Grande do Sul depois dos farrapos. Cada vez mais ligado a D. Pedro II,(...) O Imperador fê-lo Barão e Visconde de Araguaia". Bosi, Alfredo. História concisa da literatura brasileira, São Paulo: Cultrix, 1980. p. 106 e 107.

³¹ Candice Vidal e Souza constata muito apropriadamente a transferência para o campo da ação; principalmente o campo da ação política, das idéias nacionalistas que se gestavam no plano do imaginário social. Aquele era um momento vivido pelo país em que, enfatiza Vidal e Souza, "admite-se que há no imaginário social a sua utilização como estruturadora da construção da identidade nacional, detectada especialmente nas interpretações do Brasil presentes na produção acadêmica e na retórica de políticos e agentes estatais". Vidal e Souza, Candice. Op. Cit., p. 02.

³² Bosi., Alfredo. Op. Cit., p. 107.

³³ "(...) para o seu tempo, porém, e para o imperador, que desde os primeiros anos do reinado, o agraciou e o fez instrumento de sua política cultural, Magalhães foi sempre tido como o mestre da nova poesia. E ele mesmo sentia-se no dever de ministrar todos os gêneros e assuntos de que a nova literatura carecia para adquirir foros de nacional e romântica. Tendo-nos dado o lírico e o dramático, faltava-lhe o épico; fê-lo retomando Durão

e Basílio, lidos sob um ângulo enfaticamente nativista, e compôs a *Confederação dos Tamoios* quando Gonçalves Dias já fizera públicos os seus cantos indianistas e Alencar redigia a epopéia em prosa que é *O Guarani*. (...) A essa altura, o indianismo já caminhara além das intenções dos árcades e pré-românticos e se estruturava como uma para-ideologia dentro do nacionalismo”. Ibidem. P. 108.

³⁴ Ibidem, Ibidem. P. 107.

³⁵ “Socialmente, quanto aos Índios e aos Africanos, cremos que devêramos ser mais justos e mais humanos do que se é geralmente. Somos de opinião que estamos sendo no país injustos com aqueles, por cruel filantropia, com desvantagem do Estado que podia e devia aproveitar dos seus braços; e com os últimos, por excesso de rigor, sem nenhuma utilidade pública, nem particular. Inclina-mo-nos que deveriam os primeiros ser submetidos e avassalados, e entregues a uma espécie de clientela, resolvendo-se isso nobremente e sem hipocrisias, e os segundos ser melhorados na sua condição social; convertendo também a escravatura em clientela, embora continue esta vitalícia e hereditária”. Ibidem, Ibidem. P. 18.

³⁶ “Muitas vezes é tal a aversão de Varnhagen às populações brasileiras das camadas sociais mais baixas e modestas, que trechos de sua *História* se convertem em noticiários de ocorrências policiais, o que não é muito estranho à nossa historiografia menos qualificada”. Honório Rodrigues, José. *História da História do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1988. P. 15.

³⁷ Diz ainda José Honório que “nenhum dos que o precederam insistiram ‘na verdadeira apreciação comparativa do grau de civilização dos colonizadores, do de barbárie dos colonos escravos trazidos impiamente da África e do de selvageria dos povos, últimos invasores nômades, que ocupavam em geral o território hoje chamado Brasil’ “. Ibidem. P. 18/19.

³⁸ “O repúdio ao nacionalismo caboclo foi um ponto básico na sua ideologia e na concepção de sua História do Brasil. Em 1857, na sua *História geral do Brasil*, ao tratar da morte de Bobadela, ele sente as lágrimas arrasando-lhe os olhos, entusiasmado na presença de tanto brio, de tanto zelo, de tanta virtude, de tanto patriotismo”. Honório Rodrigues, José. *História da História do Brasil*, vol. II, Tomo I, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. p. 21.

³⁹ “A historiografia do século XIX ainda se baseava na história política e factual, pouco sensibilizada com o cotidiano, enfatizando bem mais a narrativa ou o comentário dos acontecimentos ‘históricos’, dos fatos marcantes e ‘importantes’, realizados no âmbito da classe dirigente. Os atos governamentais, militares e políticos ocuparam o primeiro plano das indagações históricas. A reconstituição da sociedade da época tem, por isso mesmo, que enfrentar a ausência de documentação intencional, metódica e sistemática. Daí, nunca é demais repetir, o valor do testemunho dos visitantes estrangeiros, muito menos sensibilizados por atos cívicos ou heróicos de um país que não era o deles, não envolvidos geralmente na política (salvos em certos casos que trataremos a seguir) confrontados muito mais com o que havia de diferente, de novo, de estranho, de escandaloso, de anedótico no ambiente em que estavam circulando”. Augel, Moema Parente. Op. Cit., p. 15/16.

⁴⁰ “Por um lado, a historiografia de Varnhagen, aliás, pioneira pela riqueza de documentos, estava marcada pelos valores do passadismo; nada lhe era mais antipático do que o levante popular ou intelectual ‘frondeur’: leia-se a propósito o que escreveu, na *História Geral do Brasil*, sobre a revolução pernambucana de 1817; por outro lado, foi dos primeiros a engrossar a corrente dos desfrutadores das lendas indígenas, no *Sumé*, poema ‘mito-religioso-americano’ e no *Caramuru*, romance histórico em versos, que revivem, à custa dos hábitos nativos, as intenções apologéticas de Santa Rita Durão”. Bosi, Alfredo. Op. Cit., p. 109.

⁴¹ Essa aparente contradição só poderá ser devidamente compreendida se atentarmos, como diz Trindade Lima, para “um aspecto relevante implicado na oposição entre cultura e civilização discutida por Norbert Elias. Mais do que modelos rígidos e chaves classificatórias nas quais deveríamos enquadrar perspectivas intelectuais e contextos de formação de ideologias da nacionalidade, tais conceitos podem ser vistos como expressão da convivência conflituosa de dimensões tradicionais e modernas. Eles revelam, dessa forma, a coexistência de ‘valores individualistas e hierárquicos, da intercomunicação de matrizes românticas e iluministas separadas analiticamente de forma tão rígida’.(...) A meu ver, é o reconhecimento dessa convivência de matrizes românticas e iluministas que pode tornar mais rica a compreensão das diferentes vertentes de abordagem do tema do sertão no pensamento brasileiro”. Trindade Lima, Nísia. Um sertão chamado Brasil: intelectuais, sertanejos e imaginação social. Rio de Janeiro : (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisa – IUPERJ. p.14/15

⁴² Trindade Lima assegura-nos que “os intelectuais de fins do século XIX e início do século XX, à semelhança dos intelectuais europeus que desempenharam papel chave na formação das tradições sociológicas francesa e alemã, conviveram com conflitos e ambigüidades face ao novo cenário inaugurado com a modernidade. (...) Um momento chave em que as tensões da intelectualidade mais se manifestaram consistiu na abolição do trabalho escravo que, como nos lembra Florestan Fernandes, teria desempenhado no caso brasileiro papel semelhante ao do industrialismo e da revolução democrática no contexto europeu. Outra dimensão, presente nas interpretações da corrente de pensamento que privilegiou o interior, consistiu nas relações entre a República que se instaurava e o ideário de progresso. A importância da República explica-se, entre outros fatores, pela forte associação entre essa forma de regime e o ideário do progresso, da civilização”. Trindade Lima, Nísia. Op. Cit., p. 39.

Referências

Augel, Moema Parente. **Visitantes Estrangeiros na Bahia**. São Paulo: Cultrix, MEC, 1980.

Boaventura Leite, Ilka. **Antropologia da Viagem**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

Bosi, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1980.

Boxer, Charles R. **Relações Raciais no Império Colonial Português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

Brookshaw, David. **Raça e Cor na Literatura Brasileira**. Porto Alegre: mercado Aberto, 1985.

Chor Maio, Marcos ; Ventura Santos, Ricardo (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Hobsbawn, Eric ; Ranger, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Leclerc, Gerard. **Crítica da Antropologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

Said, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

Rodrigues, José Honório. **História da história do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

Schama, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

Silva Ramos, Péricles Eugênio. **Poesia romântica: antologia**. São Paulo, Melhoramentos, 1965.

Sussekind, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

Vidal e Souza, Candice. **A pátria geográfica: Sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: UFG, 1997.

White, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.

Trindade Lima, Nísia. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais, sertanejos e imaginação social**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997. Dissertação (doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

Vidal e Souza, Candice. **Crescer para dentro: o imaginário da fronteira no pensamento social brasileiro**. Ensaio apresentado como trabalho de final de curso do programa de Mestrado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1994. Mimeografado.

Dossiê Canudos. Revista da USP. São Paulo: USP, n. 20, Dezembro/janeiro/fevereiro, 1993/1994.

Luso Brazilian Review. Madison, Vol. IX, No. 02, 1972.

Memória/História. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional ,Casa da Moeda, 1984.

Revista Jurídica

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/index.htm

Artigo recebido em 22/10/2006 e aceito para publicação em 30/11/2006.

A Revista Jurídica destina-se à divulgação de estudos e trabalhos jurídicos abrangendo todas as áreas do Direito.

Os originais serão submetidos à avaliação dos especialistas, profissionais com reconhecida experiência nos temas tratados.

Todos os artigos serão acompanhados de uma autorização expressa do autor, enviada pelo correio eletrônico, juntamente com o texto original.